

**ATA DA 520ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE EUROPEU, REALIZADA NO DIA ONZE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, NO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC.**

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 10 horas, no auditório do Fazzenda Park Resort em Gaspar, realizou-se a quingentésima vigésima Assembleia Geral Ordinária da Associação de Municípios do Vale Europeu (Amve), secretariada por mim, Giovana Peron, e presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Timbó, senhor Jorge Augusto Krüger. A assembleia ainda contou com a presença do senhor Arão Josino da Silva, prefeito do município de Acurra; do senhor Miguel Angelo Soar, assessor jurídico do município de Benedito Novo, representando a senhora Arrabel Antonieta Lenzi Murara, prefeita do município de Benedito Novo; do senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; do senhor Valmir Zirke, prefeito do município de Guabiruba; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Valcir Ferrari, prefeito do município de Rodeio; do senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da Amve, além de demais interessados. Constatando-se quórum estatutário, foi aberta a assembleia, e o senhor Jorge Augusto Krüger apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Aprovação da ata da assembleia anterior; 2 – Prestação de contas 2023; 3 – PROCOR – Controladoria-Geral da União; 4 – Relatório de atividades 2023; 5 – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial (PPGTG) - UFSC; 6 – Assuntos gerais. Com relação ao item um, o presidente colocou em apreciação a ata da 519ª Assembleia Geral Ordinária, pois foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos via correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Em seguida, o presidente informou a inversão da pauta, passando ao item 5 e dando a palavra ao senhor Rogério Cid Bastos, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o qual agradeceu pelo espaço e abordou o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial, destacando que os dois tópicos principais trabalhados no programa, sistemas de transportes e gestão territorial estão diretamente ligados às necessidades dos municípios. Também destacou os laboratórios e grupos de pesquisa disponíveis, e citou como a tecnologia avançou nos últimos tempos, exigindo adaptações. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Everton da Silva, professor da UFSC, o qual cumprimentou a todos e destacou que já realizou capacitações aos servidores dos municípios da Amve na área tributária, e que há o interesse de impulsionar esta formação aos municípios, devido à afinidade das matérias trabalhadas com as demandas presentes nas cidades. Destacou que alguns servidores de Brusque já estão cursando o mestrado nesta área, e que é perceptível a evolução técnica, então solicitou apoio aos prefeitos para facilitar o acesso dos servidores ao programa. Em seguida, o senhor Ércio Kriek questionou sobre o custeio para participação, e o senhor Rogério Cid Bastos destacou que o programa em si não é pago, mas haveria gastos de traslado e alimentação dos alunos, por exemplo. Também comentou sobre a possibilidade de fechar uma turma com alunos específicos e datas de aula específicas, com garantia de liberação dos servidores para participação, o que poderia facilitar a logística. O prefeito de Pomerode também questionou sobre a possibilidade de trazer os professores para a região para as aulas, mas segundo o professor Rogério Cid Bastos, isto não está previsto em legislação. Por fim, agradeceu novamente pelo espaço cedido, e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas. Dando seguimento à pauta, no item dois, foi dada a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, consultor em gestão fiscal e integridade pública da Amve, o qual apresentou a prestação de contas da Amve referente ao exercício de 2023, iniciando pelo Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), destacando que a receita ficou em torno de cinco milhões de reais, sendo distribuída entre valores das contribuições dos municípios, rendimentos de aplicações financeiras e convênios. Falando ainda sobre a receita, ressaltou o baixo crescimento (menos de 3%) comparado com o exercício de 2022, e lembrou que todo final de ano é estipulado o orçamento para o exercício seguinte. Também abordou as despesas do exercício, destacando que houve custos maiores devido ao aumento de serviços prestados e a finalização da reforma do terceiro andar do prédio da Amve para acomodar a equipe da Agência

51 Pública Intermunicipal de Serviços do Vale Europeu (APIS). Por fim, destacou que houve um déficit  
52 em torno de noventa mil reais, mas que este valor foi compensado pelo superávit financeiro do  
53 exercício de 2022. Em seguida abordou o balanço patrimonial, que teve uma variação pequena,  
54 explicou os valores de ativos e passivos e o patrimônio social, e destacou que a Amve sempre mantém  
55 uma reserva em caixa para casos de necessidade ou queda de arrecadação. Em seguida, o presidente  
56 colocou em apreciação a prestação de contas, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando  
57 seguimento, no item três, novamente com a palavra, o senhor José Rafael Corrêa abordou o Programa  
58 de Fortalecimento de Corregedorias - PROCOR, da Controladoria-Geral da União (CGU), que visa  
59 apoiar os entes federativos na execução de suas atividades correccionais, e destacou a dificuldade de  
60 aplicação de medidas como o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nos municípios. Também  
61 exemplificou as ações já feitas pela APIS, como envio de notificação e aplicação de multas a empresas  
62 que não cumprem prazos ou não entregam materiais, e abordou a possibilidade de ter uma equipe  
63 específica para trabalhar este tema via consórcio. Falou ainda da necessidade de obter um software  
64 para gerenciar estas informações, e destacou que a CGU e a prefeitura de Florianópolis já possuem  
65 um sistema para este fim. Disse ainda que estão sendo realizadas conversas com a Controladoria-  
66 Geral da União e o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) para realizar os atos de correição  
67 via consórcio, com equipe especializada, facilitando o trabalho para as prefeituras. Diante disto, será  
68 realizado evento de capacitação no dia 26 de abril, para abordar o sistema utilizado pela CGU, e em  
69 caso de aprovação, também será realizada assinatura de adesão do consórcio ao PROCOR. Com a  
70 palavra, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, diretora executiva da APIS, citou que esta questão já  
71 está prevista no plano de atividades do consórcio, e que o intuito é levar o trabalho que já é feito pela  
72 APIS aos municípios também, especialmente nos processos licitatórios. Com a palavra, o senhor  
73 Ércio Kriek ressaltou a importância desta ação, mas que é necessário verificar a viabilidade jurídica  
74 nos municípios, especialmente para a realização de PAD. Novamente com a palavra, o senhor José  
75 Rafael Corrêa deu exemplo sobre a época em que o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí  
76 (CIMVI) iniciou os processos de licenciamento ambiental, em que o MPSC também foi envolvido  
77 nas discussões. Diante do exposto, o presidente colocou em apreciação a adesão do consórcio ao  
78 PROCOR, e não havendo manifestações contrárias, esta foi aprovada. Passando ao item quatro, foi  
79 dada a palavra à senhora Michele Prada, assessora de comunicação social da Amve, a qual citou que  
80 o relatório de atividades do ano de 2023 engloba os trabalhos de assessoria realizados, os projetos,  
81 programas e parcerias desenvolvidos, o trabalho de articulação política e institucional realizado, o  
82 apoio técnico prestado aos municípios, bem como sobre a atuação dos colegiados. Também citou que  
83 estão contempladas as capacitações promovidas pela Amve ao longo do ano, e ainda informações  
84 sobre a gestão interna da associação. Por fim, destacou que o documento está disponível em formato  
85 digital no site da Amve, e se colocou à disposição em caso de dúvidas ou sugestões. Já em assuntos  
86 gerais, o presidente informou que solicitou ao deputado estadual Emerson Stein, coordenador da  
87 Bancada do Vale do Itajaí, realização de encontro entre os prefeitos e os membros da bancada, então  
88 foram sugeridas duas datas, e após discussão entre os prefeitos, ficou acordado que no dia 02 de maio  
89 será realizada Assembleia às 8h30, e na sequência às 10h a reunião com a Bancada. Em seguida, o  
90 diretor executivo da Amve informou sobre o 2º Congresso de Direito Administrativo Contemporâneo,  
91 que será promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) nos dias 24, 25 e 26 de abril, bem  
92 como abordou o pedido feito pelo Tribunal para que os municípios enviem as informações do Sistema  
93 Nacional de Informações sobre Saneamento (SINISA). Por fim, informou que no dia 07 de maio será  
94 realizado na sede da Amve o Seminário Municípios em Foco em parceria com a Confederação  
95 Nacional de Municípios (CNM), para tratar sobre a reforma tributária. Em seguida, com a palavra, o  
96 senhor Ércio Kriek comentou sobre problemáticas enfrentadas com a IPM Sistemas, e questionou se  
97 outros municípios também passaram por esta situação. Com a palavra, o senhor José Rafael Corrêa  
98 disse que o Tribunal de Contas orienta para a necessidade de abrir processos administrativos para  
99 verificar quais cláusulas contratuais não estão sendo cumpridas, citou também um caso de Guabiruba,  
100 então destacou que os municípios devem notificar a empresa quando houver problemas. Novamente

101 com a palavra, o prefeito de Pomerode sugeriu agendar uma reunião com os procuradores e  
102 profissionais de Tecnologia da Informação (TI) dos municípios, a fim de discutir os problemas  
103 comuns e possíveis encaminhamentos que podem ser feitos. Em seguida, o senhor Cassio Murilo  
104 Chatagnier de Quadros lembrou que será realizado workshop sobre a Nova Lei de Licitações e  
105 Contratos nos dias 17 e 19 de abril, na sede da Amve. Na sequência, o senhor Kleber Edson Wan-  
106 Dall agradeceu ao Fazzenda Park Resort pela receptividade e também agradeceu aos prefeitos pela  
107 presença, e em seguida comentou que esteve em Brasília, onde houve discussões sobre a intenção do  
108 Governo Federal de reonerar a folha de pagamento de forma escalonada até 2027. Falou ainda sobre  
109 a proposta apresentada pela CNM, e comentou que no dia 16 de abril será realizada reunião na Câmara  
110 dos Deputados para debater este tema, então é importante a mobilização dos prefeitos. Em seguida,  
111 ainda em assuntos gerais, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, diretora executiva da APIS,  
112 lembrou sobre o convênio para aquisição de parques e materiais pedagógicos, por indicação do  
113 deputado estadual Napoleão Bernardes, e informou que a assessoria do deputado está em contato com  
114 cada município a fim de verificar para quais escolas devem ser enviados. Informou ainda que quando  
115 tiver a relação final das escolas, enviará aos prefeitos para conhecimento e validação. Também houve  
116 discussão entre os prefeitos sobre os repasses de recursos que deputados fazem às prefeituras para  
117 repassar a entidades, e foi sugerido que seja feita consulta ao TCE/SC via Federação de Consórcios,  
118 Associações e Municípios de Santa Catarina (FECAM) acerca do tema. Por fim, nada mais havendo  
119 a tratar, o senhor Jorge Augusto Krüger agradeceu ao prefeito de Gaspar e ao hotel pela acolhida e  
120 declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois  
121 de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, e pelo diretor executivo da Amve.

  
Jorge Augusto Krüger  
Presidente  
Prefeito de Timbó

  
Cassio Murilo Chatagnier de Quadros  
Diretor Executivo

  
Giovana Peron  
Secretária Executiva